MAIO DE 2026 | EDIÇÃO 11

# BOLETIM DE GREVE-SINTESAM

Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas

## CNG APROFUNDA DEBATE SOBRE NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO SERVIÇO PÚBLICO

Além das articulações políticas e negociais da greve, o Comando Nacional de Greve (CNG) também tem investido em formação sobre temas estratégicos para o funcionalismo público. Na tarde da atividade, o comando promoveu uma roda de debates sobre o Projeto de Lei nº 1893/2026, considerado prioritário pela FASUBRA e por outras entidades do setor público federal.

O projeto, encaminhado pelo Poder Executivo em abril de 2026 e em tramitação na Câmara dos Deputados, busca regulamentar a negociação coletiva no serviço público, conforme previsto na Convenção 151 da OIT. A discussão foi conduzida pela coordenadora-geral Ivanilda Reis, com contribuição do advogado Robson Barbosa, que apresentou aspectos jurídicos do projeto e resgatou antecedentes históricos da luta sindical no setor público.

Durante a exposição, foi destacado que, embora a Constituição Federal assegure o direito de greve, ainda persistem obstáculos legais e institucionais para a efetivação dos acordos firmados com as categorias. O debate reforçou que a luta pela regulamentação da negociação coletiva não é secundária: ela diz respeito à criação de um ambiente jurídico mais sólido para proteger direitos, dar consequência às mesas de negociação e reduzir a margem para descumprimento de compromissos assumidos pelo governo.

## FILIAÇÃO FORTALECE ESTRUTURA SINDICAL E SUSTENTA AÇÕES DA GREVE

Ao longo da atual greve dos técnico-administrativos em educação, a filiação sindical voltou a aparecer, na prática, como um dos elementos que sustentam a capacidade de organização da categoria. No caso do SINTESAM, isso se expressa em diferentes frentes: realização de assembleias, funcionamento do Comando Local de Greve, produção de boletins, orientação jurídica, atividades de formação e apoio à participação de representantes em agendas nacionais da mobilização.

A estrutura sindical também tem papel direto na viabilização material da greve. Deslocamentos, hospedagem, materiais gráficos, comunicação e presença política em espaços de negociação e articulação pública dependem de organização estável e de sustentação coletiva. Em uma greve longa, essa dimensão deixa de ser abstrata e passa a aparecer como parte concreta das condições de permanência do movimento.

Além da dimensão organizativa, o sindicato também cumpre função política e formativa. Durante a greve, o SINTESAM participou e promoveu atos públicos, debates com a comunidade universitária e atividades de formação sobre temas como mundo do trabalho, democratização, conjuntura e eleições. Esse conjunto de ações amplia a circulação de informação, fortalece a leitura política da base e ajuda a transformar a mobilização em ação coletiva mais estruturada.

Nesse contexto, sindicalizar-se deixa de ser apenas um vínculo formal com a entidade e passa a significar participação no fortalecimento da capacidade coletiva de defesa da categoria. Em períodos de greve, isso se torna ainda mais visível: a filiação contribui para sustentar a estrutura política, jurídica, comunicacional e organizativa que permite ao movimento atuar com continuidade.

**FILIE-SE**

(92) 99491-4508
E-MAIL: sintesam@gmail.com
SITE: sintesam.org.br

Francisco José Furtado, 09
São Francisco
@SINTESAM

SIGA A FASUBRA:
FACEBOOK.COM/FASUBRA
@FASUBRASINDICAL

FOTO: DARBENS CORREIA

## Greve força reunião com o MEC, e governo admite discutir pautas centrais ainda travadas no MGI

Após quase 80 dias de greve, a mobilização dos técnico-administrativos em educação forçou o governo federal a abrir uma reunião formal de negociação com o Ministério da Educação, realizada em 13 de maio. O encontro ocorreu depois de semanas em que o governo evitou negociar e insistiu na narrativa de que o acordo da greve de 2024 já estaria sendo cumprido. A própria realização da mesa, portanto, já expressa um resultado político direto da pressão construída pela categoria.

Na reunião, a coordenação da FASUBRA discutiu as respostas ao Ofício Conjunto 002/2026, com foco especial nas pautas que ainda dependem de definição do Ministério da Gestão e da Inovação. Entre os temas tratados estiveram o reposicionamento e a aceleração por capacitação dos aposentados, pontos que seguem entre os mais sensíveis da greve. Segundo o MEC, o ministério permanece em diálogo com o MGI para buscar encaminhamentos sobre essas reivindicações.

Como desdobramento, foi proposta a criação de um grupo de trabalho para que a FASUBRA apresente documentos e pareceres jurídicos, reforçando a defesa da extensão da aceleração por capacitação aos aposentados e pensionistas com paridade. Outro ponto debatido foi o Decreto nº 9.991/2019, criticado pela Federação por restringir a autonomia das instituições federais de ensino na formação e capacitação de seus próprios servidores, ao concentrar essa política na ENAP.

Dois dias depois, em 15 de maio, o MEC encaminhou à FASUBRA a ata da reunião, formalizando os temas debatidos e os encaminhamentos apresentados. Para o Comando Nacional de Greve, o dado central permanece o mesmo: foi a greve que rompeu a barreira da intransigência e levou o governo à mesa. Agora, a base foi chamada a discutir o conteúdo dessa negociação em assembleias e a decidir, coletivamente, os próximos passos do movimento.

### Cronograma da Greve

| | 20/mai | 21/mai | 22/mai | 25/mai | 26/mai | 27/mai |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **manhã** | Assembleia de Greve | Reunião ampliada - Campus Itacoatiara | Reunião do CLG - Planejamento | Reunião do CLG - Visitas às unidades | Reunião do CLG - Planejamento | Assembleia de Greve |
| **tarde** | Organização Comissões CLG | Organização Comissões CLG | Organização Comissões CLG | Organização Comissões CLG | Organização Comissões CLG | Organização Comissões CLG |

**Fórum Unidade na Luta reúne entidades e reforça reação coletiva aos ataques à universidade**

**Realizado na sede da ADUA, o Fórum Unidade na Luta do Amazonas reuniu ADUA, Sind-UEA, Sindsep-AM, SINTESAM, movimentos sociais e entidades estudantis para fortalecer a resistência aos ataques da extrema direita e debater pautas como valorização do trabalho, restaurante universitário, transporte e estrutura das universidades.**

**O que ainda depende do MGI**

**Embora a reunião com o MEC tenha representado um avanço político e aberto espaço para negociação, parte importante das pautas da categoria continua dependente de definição do Ministério da Gestão e da Inovação. É o caso de temas como o reposicionamento e a aceleração por capacitação dos aposentados, além de outros pontos que exigem resposta formal do governo para além do debate no MEC. Por isso, a avaliação da base não recai apenas sobre a realização da reunião, mas sobre a capacidade de transformar promessa em encaminhamento concreto.**

# FASUBRA leva pautas da categoria a audiências públicas na Câmara

O Comando Nacional de Greve da FASUBRA participou, no dia 12 de maio, de audiências públicas na Câmara dos Deputados, em Brasília, reforçando pautas estratégicas para os trabalhadores da saúde e para os técnico-administrativos das instituições federais de ensino. A presença da Federação no Legislativo expressa mais uma frente da mobilização da greve: além das ruas e das assembleias, a categoria também amplia sua incidência política nos espaços institucionais.

Pela manhã, a participação ocorreu na Comissão de Saúde, em audiência pública em homenagem ao Dia da Enfermagem. O principal tema debatido foi o cumprimento do piso salarial nacional da enfermagem, instituído pela Lei nº 14.434/2022, pauta histórica ligada à valorização profissional, aos direitos trabalhistas e à dignidade das trabalhadoras e trabalhadores da área.Durante a atividade, a coordenadora-geral da FASUBRA destacou que a Federação representa cerca de 225 mil servidores públicos, dos quais uma parcela expressiva atua na área da saúde, inclusive em 45 hospitais universitários. A intervenção reforçou o compromisso da entidade com a defesa dos profissionais da enfermagem e com o apoio às mobilizações em defesa do piso.

A participação nas audiências reafirma que a greve também se move pela disputa política de pautas no Congresso, articulando a luta dos TAEs com reivindicações mais amplas do serviço público e das categorias da saúde.

## DIA DA ENFERMAGEM REAFIRMA CENTRALIDADE DO CUIDADO NO SUS E NO SERVIÇO PÚBLICO

Celebrado em 12 de maio, o Dia Nacional da Enfermagem reforça o papel decisivo de uma categoria que sustenta cotidianamente o cuidado em saúde no Brasil. A enfermagem reúne mais de 3 milhões de profissionais, está presente em toda a rede pública e privada e representa cerca de 60% da força de trabalho do SUS. Sem esse trabalho, o sistema público de saúde simplesmente não funciona.

A data também chama atenção para o perfil e as condições dessa categoria: a enfermagem é composta majoritariamente por mulheres, muitas delas submetidas à sobrecarga, jornadas exaustivas e desvalorização profissional. Valorizar a enfermagem é defender condições dignas de trabalho, remuneração justa, descanso adequado e reconhecimento efetivo para quem está na linha de frente do cuidado todos os dias.

## MEU SERVIÇO NA UFAM É ESSENCIAL? PODE PARAR?

Durante a greve, atividades consideradas essenciais devem ser analisadas com cuidado. Nem todo serviço se enquadra automaticamente nessa condição, e a definição não deve ser feita de forma isolada pela chefia ou pelo próprio setor.

No âmbito do Comando Local de Greve, essa avaliação passa pela instância responsável por examinar as situações concretas apresentadas pelos servidores. A análise considera a natureza da atividade, os possíveis impactos de sua interrupção e, quando necessário, consulta a assessoria jurídica ou a administração da universidade.

Em caso de dúvida sobre a essencialidade do seu serviço, a orientação é encaminhar a situação ao CLG/SINTESAM para avaliação formal.

**Solicitações de atividades essenciais devem ser encaminhadas ao CLG-SINTESAM pelo e-mail sintesam@gmail.com**

**Capacitação e autonomia das IFEs seguem em disputa**

Na reunião com o MEC, a FASUBRA criticou os efeitos do Decreto nº 9.991/2019, que concentra a política de capacitação na ENAP e limita a autonomia das Instituições Federais de Ensino. Para a categoria, a formação dos servidores não pode ser dissociada da capacidade das universidades e institutos de planejar e executar seus próprios processos de qualificação.

## AÇÃO DE FORMAÇÃO DEBATE ELEIÇÕES, VOTO E PROJETO DE UNIVERSIDADE PÚBLICA

O Comando Local de Greve (CLG) realizou, na manhã de 14 de maio no auditório da ADUA, mais uma Ação Formativa de Greve, desta vez com o tema "Eleições 2026 e a importância do seu voto", reunindo a categoria em um espaço de reflexão sobre conjuntura política, participação democrática e os rumos do país.

A atividade foi conduzida pelo professor José Alcimar de Oliveira, do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e destacou a importância de tratar de política também no contexto da greve, compreendendo a formação como parte do processo de mobilização, organização e fortalecimento da consciência crítica da categoria.

Ao longo da exposição, o debate abordou o cenário eleitoral de 2026, mas também ampliou a análise para o processo de desmonte da universidade pública nas últimas décadas, apontando como diferentes governos, sob orientação neoliberal, contribuíram para o enfraquecimento do financiamento público, da autonomia universitária e das condições de trabalho e permanência nas instituições.

Em um momento de greve, a atividade reafirmou que discutir voto não é apenas falar de calendário eleitoral, mas de projeto de sociedade, de democracia e de defesa dos serviços públicos. Ao promover esse tipo de formação, o SINTESAM reforça que a luta sindical também se constrói com debate político, leitura crítica da conjuntura e participação ativa da base.

## GREVE TAMBÉM É FORMAÇÃO

A greve não se sustenta apenas com paralisação, assembleias e atos públicos. Ela também se fortalece com formação política, circulação de informação qualificada e espaços coletivos de reflexão sobre a realidade da categoria e os rumos da sociedade. Em um contexto de disputa sobre direitos, carreira, serviço público e universidade, compreender melhor a conjuntura é parte da própria luta.

Por isso, as atividades formativas realizadas durante a greve cumprem um papel estratégico. Elas ajudam a aprofundar o debate sobre temas como mundo do trabalho, democracia, eleições, universidade pública e organização sindical, ampliando a consciência crítica da base e fortalecendo a participação coletiva no movimento.

Formar também é mobilizar. Cada roda de conversa, aula pública, cine-debate ou atividade de reflexão contribui para transformar indignação em análise, e análise em ação organizada. Ao investir em formação, a categoria amplia sua capacidade de resistência e reforça que a greve é também um espaço de construção política, aprendizado coletivo e fortalecimento da luta.